



Faculdade de Direito de Varginha

- Reconhecida pelo decreto nº 68.179, de 8 / 2 / 1971
- Rua José Gonçalves Pereira, 112 – Vila Pinto – Varginha, MG
- CEP 37.010-500 – PABX/Fax: (35) 3221 1900
- Home Page: www.fadiva.edu.br
- e-mail: secretaria@fadiva.edu.br

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
CURSO	DIREITO	TURNOS Diurno e Noturno
DISCIPLINA	PRÁTICA PROCESSUAL TRABALHISTA II	ANO 5º
DEPARTAMENTO	PRÁTICAS AUXILIARES	CARGA HORÁRIA 10 Hora-aulas
		ANO LETIVO 2011

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Oferecer ao corpo discente os elementos básicos e indispensáveis ao conhecimento sistemático do Direito do Trabalho, em seu aspecto substantivo, conscientizando-o da importância desse estudo, para que possa, como profissional do Direito, entender, interpretar e aplicar as disposições objetivas e substanciais desse ramo do Direito Positivo.

Transmitir ao estudante uma segura formação sobre a disciplina, em seu aspecto concreto e objetivo, investigando a legislação ordenada e a complementar, a partir dos fundamentos dos direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

Ingressar, com zelo e profundidade, nas técnicas de hermenêutica e de heurística jurídicas aplicadas ao Direito do Trabalho.

EMENTA

Conhecimento das técnicas de hermenêutica e de heurística jurídicas aplicadas ao Direito do Trabalho.

PROGRAMA

1. Elaboração de peças para atuação na Justiça do Trabalho (fase recursal e fase de execução)

- Petição de interposição de recurso ordinário;
- Contra-razões ao recurso ordinário;
- Petição de interposição de recurso de revista;
- Contra-razões ao recurso de revista;
- Petição de interposição de agravo de instrumento;
- Contra-razões ao agravo de instrumento;
- Petição de embargos declaratórios;
- Petição de interposição de recurso de embargos no TST;
- Petição de interposição de recurso adesivo;
- Petição de interposição de agravo de petição;
- Contra-razões ao agravo de petição;
- Petição de interposição de agravo regimental;
- Petição de interposição de recurso extraordinário ao STF;
- Petição de correição parcial ou reclamação correicional;
- Petição de revisão do valor da causa nas ações de alçada;
- Petição apresentando os cálculos de liquidação;
- Petição de impugnação dos cálculos de liquidação;

- r) Petição de liquidação por artigos;
- s) Petição de liquidação por arbitramento;
- t) Petição de nomeação de bens à penhora;
- u) Embargos à execução;
- v) Embargos à arrematação e à adjudicação;
- w) Embargos de terceiro;
- x) Petição de extração de carta de sentença para execução provisória;
- y) Procedimentos na execução contra a Fazenda Pública.

2. Outras ações e procedimentos na Justiça do Trabalho

- a) Petição inicial de ação de consignação em pagamento;
- b) Petição inicial de ação de prestação de contas;
- c) Petição inicial de mandado de segurança;
- d) Petição inicial de ação rescisória;
- e) Petição inicial de medidas cautelares;
- f) Petição inicial de ação monitória;
- g) Pedido de antecipação da tutela jurisdicional;
- h) Pedido de restauração de autos;
- i) Impetração de “habeas corpus” na Justiça do Trabalho.

3. Provimentos, instruções e outros atos dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal superior do Trabalho sobre matéria processual.

- a) Normas sobre os requisitos da petição inicial;
- b) Normas sobre juntada de documentos;
- c) Normas sobre apresentação de cálculos de liquidação;
- d) Sistema de protocolo integrado;
- e) Normas sobre o procedimento sumaríssimo;
- f) Normas sobre recolhimentos de custas processuais e depósitos judiciais.

AVALIAÇÃO

O estagiário no Escritório Modelo de Advocacia, bem como o que faz o Estágio junto a outras Instituições, em decorrência de convênio com a Faculdade de Direito de Varginha fará, no fim do 5º ano, as provas de Prática Penal, Civil e Trabalhista, que serão corrigidas por professores na forma constante do “Manual do Aluno”; somente será aprovado o aluno que receber o conceito “suficiente”, não havendo, portanto, notas.

Se o aluno receber o conceito “insuficiente”, nas provas, embora aprovado em todas as matérias, será considerado reprovado, devendo repetir o Estágio do 5º ano.

METODOLOGIA

Os modelos de redação das peças serão, rigorosamente, os indicados pelo professor do Estágio feito no Escritório Modelo de Advocacia.

O aluno deverá apresentar, antes da prova final de Prática Jurídica, uma pasta contendo todos os trabalhos do ano.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

COSTA, Armando Casimiro; FERRARI, Irapy; MARTINS, Melchiades Rodrigues. *Consolidação das Leis no Trabalho*. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense – modelos e petições, recursos, sentenças e outros*. 17ª edição, São Paulo: Atlas, 2009.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

SALEM, Luciano Rossignolli. *Petições trabalhistas anotadas*. 4ª edição, Campinas: Millennium Editora.

COSTA. *Direito Individual do trabalho nos tribunais e na constituição*. Editora Edjur.

MOTTA, Ivan Dias da. *Do arbitramento Judicial no Processo do trabalho*. Editora LTR.

COORDENAÇÃO DO CURSO

Aprovado: 21/1/2011

Prof. Francisco Vani Bemfica